

REVISTA MARACANAN

Entrevista

Entrevista com a Professora Doutora Mafalda Soares da Cunha (Universidade de Évora) *

Interview with Professor Doctor Mafalda Soares da Cunha (University of Évora)

Thiago Krause **

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
thiagokrause@gmail.com

Mafalda Soares da Cunha é professora da Universidade de Évora, onde se doutorou em 1997. É uma das principais especialistas na nobreza ibérica na época moderna e tem colaborado extensamente com os historiadores brasileiros nos últimos quinze anos. Seus trabalhos podem ser encontrados no repositório digital da Universidade de Évora. A entrevista foi realizada por Thiago Krause (Unirio) via *Skype* no dia 4 de maio de 2018 e depois editada por razões de concisão e clareza.

Thiago Krause: Em primeiro lugar, queria agradecer o aceite ao nosso convite. Para começar, a senhora poderia nos contar um pouco sobre sua formação e porque optou pelo estudo da Casa dos Duques de Bragança, objeto de seus dois primeiros livros.

Mafalda Soares da Cunha: A escolha do tema do meu primeiro estudo sobre a Casa de Bragança teve a ver com a minha percepção da importância da História Medieval como ponto de partida para o estudo da época moderna. A seleção concreta do campo de estudos foi influenciada pela própria historiografia medieval da época e a influência determinante dos

* Entrevista realizada em 4 de maio de 2018, às 11h. do Brasil / 15h. de Portugal, para o dossiê "Nobrezas e Hierarquias sociais, séculos XV-XIX", organizado por Camila Borges da Silva (UERJ) e Thiago Krause (UNIRIO).

** Professor Adjunto, na área de História Colonial, do Departamento de História e membro permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Possui Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestrado e graduação em História pela Universidade Federal Fluminense.

estudos sobre a nobreza de José Mattoso.¹ O impacto historiográfico que na época esses trabalhos tiveram atrairam muitos jovens professores que estavam também a iniciar os seus trabalhos de investigação e optaram pelo estudo do grupo nobiliárquico, mas para épocas anteriores.² Já a opção por estudar o século XV baseou-se no interesse em reavaliar o desenvolvimento do grupo nobiliárquico, pois a maior parte da historiografia afirmava que a sua composição social variara significativamente por comparação com períodos anteriores em resultado da crise de 1383-1385 e da ascensão de D. João I ao trono (1385-1433). Ou seja, com a alteração dinástica, e com o início do processo de expansão ultramarina. Falava-se numa nova nobreza. Em conjugação com estas duas questões e objetivamente com a ausência de estudos monográficos sobre casas senhoriais, optei pela Casa de Bragança. Além de ser uma das maiores no século XV, tinha uma trajetória complexa de relações com a Coroa que valia a pena indagar mais aprofundadamente. Mas havia ainda outro desafio que começava a aparecer na historiografia: a contraposição entre as perspectivas de António Manuel Hespanha e a historiografia tradicional ou a historiografia impulsionada por J. Mattoso.³ A interpretação até então dominante era que o século XV corresponderia a um período de refeudalização, ou seja, de concessão de grandes poderes ao grupo nobiliárquico e que isso justificaria a fraqueza política de Afonso V (1438-1481) e os sobressaltos e os enfrentamentos que ocorreram ao longo do Quatrocentos, culminando com a reação disciplinadora de D. João II (1481-1495), ainda na época visto como o Príncipe Perfeito. D. João II aquele que promoveu a centralização e a construção do Estado em Portugal, com práticas políticas relativamente ao grupo nobiliárquico semelhantes às que outros monarcas europeus como os Reis Católicos, Luís XI (1461-1483), Maximiliano I de Habsburgo (1508-1519) ou até Henrique VII (1485-1509), isto é, seus contemporâneos. Eram perspectivas que em grande medida reproduziam as interpretações oitocentistas, nomeadamente de Oliveira Martins (1845-1894)⁴ e a ideia de que esses monarcas renascentistas ou pré-renascentistas tinham limitado significativamente o poder da nobreza, impondo o poder monárquico e a criação do Estado Moderno.

Esse foi inclusive tema de um de seus primeiros artigos, em 1988,⁵ não é?

1 MATTOSO, José. *A Nobreza Medieval Portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Estampa, 1981; *Idem. Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros: a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães, 1982.

2 SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto. *Linhagens medievais portuguesas*. Genealogias e Estratégias (1279-1325). 3 vols. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, 1999; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. *Os Pimentéis: percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2000.

3 HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições: época medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982.

4 MARTINS, Oliveira J. P. *O Príncipe Perfeito*. Lisboa: Guimarães Editora, 1984.

5 CUNHA, Mafalda Soares da. D. João II e a construção do Estado Moderno. Mitos e perspectivas historiográficas. *Primeiras Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII*, vol. II. Lisboa: História & Crítica, 1988, p. 649-667. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10174/13085>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

Exatamente. Esse foi tema de meus primeiros trabalhos, que se caracterizavam pela preocupação de perceber as continuidades e argumentava contra essa ideia da precocidade da construção do Estado em Portugal. Escrevi também um artigo em que buscava perceber as continuidades da nobreza pré-crise de 1383-1385 com a organização nobiliárquica ocorrida após a ascensão de D. João I.⁶ Nesse contexto, a Casa de Bragança era um objeto de estudo absolutamente central, pela importância e dimensão jurisdicional da própria casa, assim como por sua capacidade de funcionamento em conjunto com as casas que derivavam dela. No fundo, a questão que me interessava era a estruturação da própria elite nobiliárquica e os enfrentamentos que teriam tido com o poder monárquico. Desse ponto de vista, a análise centrava-se no estudo das relações entre a Casa Ducal e a Coroa.⁷ Foi essa a relação que eu observei ao longo do século XV um pouco para contrariar essa ideia de ruptura protagonizada por D. João II a partir do esmagamento das conspirações nobiliárquicas de 1483-1484, do confisco de bens dos alegados conspiradores através de sentenças condenatórias e o exílio para Castela de muitos deles. Era domesticação senhorial. Por isso chamava a atenção para o fato de que D. João II não havia introduzido nenhum elemento novo estruturante, tanto assim que anos mais tarde, logo após a subida ao trono de D. Manuel I (1495-1521), o grupo se recompôs com a replicação da política de doações régias feita por D. João I aos membros da casa real entre as quais se contava a restauração da Casa de Bragança. Ou seja, não encontrei rupturas significativas no sistema de poder entre os finais da época medieval e o início do período moderno no tocante aos modelos de ação e nas bases de poder do grupo senhorial. Dito de outro modo, creio ter contribuído para demonstrar que o fortalecimento do poder régio corria a par, e não necessariamente em colisão, com outros poderes, nomeadamente com o poder senhorial das grandes casas. Pelo caminho confirmei a importância do parentesco e da linhagem na estruturação autônoma do poder das grandes casas e a interdependência entre a coroa e grandes senhores para os serviços militares no norte de África e para a emergente administração central da corte. Tópicos aos quais voltei mais detidamente anos mais tarde, a propósito da elite nobiliárquica e dos governadores coloniais.

E como foi a decisão sobre o que estudar no doutorado?

Eu mantive o objeto de estudo (a Casa de Bragança), mas o enfoque foi substancialmente diferente: interessei-me por observar as práticas senhoriais ao longo dos séculos XVI e XVII no terreno. A pergunta de base era como a maior casa senhorial portuguesa que persiste entre o século XV e 1640 conseguiu conservar-se sem alterações significativas, considerando que a interrupção de finais do século XV no fundo não passava de

6 CUNHA, Mafalda Soares da. A nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, 1996, p. 219-252. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10174/15739>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

7 *Idem*. *Linhagem, Parentesco e Poder: a Casa de Bragança (1384-1483)*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança, 1990. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10174/2550>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

um sobressalto momentâneo que não teria rompido com as lógicas fundamentais do poder senhorial. Nessa perspectiva, advoguei (e advogo) uma grande continuidade entre os séculos XV e XVI, tentando anular as convenções historiográficas que dividem de uma maneira muito radical a época medieval da época moderna. Para dar substância e concretização a este objetivo eu me preocupei menos com as relações entre os duques e a Coroa e mais com o governo do senhorio. Essa é a razão pela qual eu optei pelo enfoque nas redes clientelares, ou seja, como uma Casa senhorial que governava de cerca de 10% do território e da população de Portugal persistiu e que modelos de gestão senhorial tinham sido implementados para evitar tensões significativas no próprio governo do território. A cronologia escolhida (1560-1640) sinalizava outra ideia forte que era a de que a mudança dinástica ocorrida em 1580 não tinha provocado rupturas radicais nos modos de governar a casa de Bragança. E de fato constatei que o aparelho administrativo da casa foi montado no século XVI, antes da agregação dos Áustrias, e que a principal preocupação dos duques até 1640 foi promover a sua conservação. O mesmo se passou com o sistema de corte senhorial que, no essencial, foi montado pelo 5º duque, D. Teodósio (1504?-1563) e se manteve sem grandes alterações até à subida ao trono de D. João IV (1640-1656). Mais recentemente revisei a formação da corte dos Bragança com novos dados empíricos e a proposta que avancei no doutorado saiu ainda mais reforçada.⁸ E estas evidências questionam em parte a ideia de que as cortes de aldeia constituíram uma reação senhorial à periferização resultante da União das Coroas. Aqui havia novamente uma preocupação com a continuidade e a tentativa de contrariar a importância das rupturas políticas exógenas na organização do grupo nobiliárquico; mas também a constatação empírica da relevância da negociação e do governo paternalista na gestão senhorial.⁹

Eu fiquei pensando numa questão que você trouxe: a tentativa de romper a separação entre História Medieval e História Moderna. O que a senhora acha que o estudo da História Medieval pode trazer para os modernistas?

Eu diria que o século XV e a História Medieval, sobretudo a História Medieval tardia, são ricos na criação dos modelos de configuração do grupo nobiliárquico, seja do ponto de vista da organização dos poderes jurisdicionais, seja no que diz respeito às hierarquias internas. É no século XV que se criam os principais instrumentos disciplinadores do grupo por parte da Coroa, a exemplo da utilização sistemática da titulação como uma forma de intervenção no espaço social do grupo ao hierarquizá-lo, o que corre a par com a organização do espaço da Corte como área fundamental de serviço ao Rei através, por exemplo, da regulação do cerimonial ou

8 CUNHA, Mafalda Soares da. Preocupações senhoriais do “principal senhor destes reynos”: contributos para uma biografia de D. Teodósio. In: HALLETT, Jessica; SENOS, Nuno (coords.). *DE TODAS AS PARTES DO MUNDO: O património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I.* vol. I: Estudos. Lisboa: Tinta da China, 2018, p. 41-56.

9 *Idem.* *A Casa de Bragança (1560-1640)*. Lisboa: Estampa, 2000. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10174/7368>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

do sistema de filhamentos na casa real. São fenômenos que remontam a Afonso V e serão desenvolvidos e complexificados posteriormente. Outro exemplo é a criação do mecanismo da remuneração de serviços prestados à monarquia em espaços ultramarinos. Todos esses processos que são estruturantes para o grupo nobiliárquico surgem no século XV: sem nenhuma preocupação com o ídolo das origens ao qual os historiadores por vezes estão muito agarrados, parece-me que há significativas linhas de continuidade.¹⁰

Acabo de me convencer que preciso estudar mais o século XV. Mas, vamos prosseguir. Já tocamos nesse ponto na nossa conversa, mas eu queria insistir: especialmente em seu segundo livro, a senhora vai combinar uma história social preocupada com as redes clientelares e as práticas de reprodução com uma história política da relação da Casa senhorial com a Coroa e os municípios. Eu gostaria que a senhora explicasse a importância dessa junção, como você chegou a essa análise e como essas duas abordagens se complementam, em termos metodológicos.

Essa questão tem um contexto: se eu estudasse uma casa senhorial no século XVIII não teria tido a mesma atenção para a territorialização do poder do grupo nobiliárquico. Pelo menos até 1640 os fundamentos da preeminência senhorial se fundam no poder jurisdicional, que significa a capacidade de gerir territórios e gentes através de um governo político, militar e fiscal. A Casa de Bragança incorporava mais de quarenta municípios espalhados por quatro grandes núcleos em diferentes províncias do Reino, o que me auxiliou a refletir posteriormente sobre o governo à distância dos territórios ultramarinos. Desde o início do século XVI, os Duques viviam em Vila Viçosa onde constituíram seu palácio e sua corte, mimetizando em grande medida o modelo de organização curial da monarquia e copiando grande parte de sua organização interna, seu sistema de símbolos, suas formas de representação e de comunicação política, permitindo-lhes governar territórios distantes, mesmo que não os conhecessem presencialmente. É um tema que interessa também aos modernistas e historiadores atlânticos, pois no fundo trata-se de entender como se governa à distância. Ao estudar a forma de governo dos Bragança eu percebi a importância das relações interpessoais e a reciprocidade dessas relações, ou seja, apoios e ajudas que a Casa de Bragança concedia a suas elites, mas também aos vários escalões da sua criadagem. O fenômeno tinha particular importância no que respeita ao governo dessas 40 e tal câmaras. A sua situação periférica relativamente a Vila Viçosa incentivou Casa Ducal a ter sempre membros dos grupos familiares das elites municipais das suas terras em Vila Viçosa, permitindo-lhe assim conhecer os recursos e particularidades de seus territórios e estabelecer negociações na hora de confirmar as vereações e a dada dos ofícios locais. Havia aqui, muito por influência de António Manuel

10 BLOCH, Marc. *Apologia da História* ou O Ofício do Historiador (trad.). Ed. anotada por Étienne Bloch. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 56-60.

Hespanha,¹¹ que foi meu orientador, uma ênfase na negociação como uma forma de governo, em oposição a uma explicação mais marxista que tinha feito voga anos antes, assentada sobretudo no conflito entre grupos sociais. Essa opção tomada na tese de doutorado não significa uma desconsideração pelos contextos políticos e pelo centro político (assunto que retomei mais tarde)¹², mas a vontade deliberada de sublinhar as práticas governativas no terreno. Para mais parecia-me que os vetores centrais a explicar a Casa de Bragança (e que eram relevantes para entender 1640) tinham a ver com certo encapsulamento da Casa de Bragança na preservação e conservação de seu poder senhorial mais do que a intervenção direta nas decisões políticas macro da monarquia. O que me chamava a atenção na comunicação entre a Casa de Bragança e a monarquia era a ênfase permanente nos pedidos de renovação e alargamento de seus privilégios e de seus direitos senhoriais, a constante intermediação de interesses entre a sua rede clientelar e a Coroa ou outros poderes no reino. Pareceu-me que a prioridade política dos duques nos séculos XVI e XVII era o acrescentamento da sua autonomia em matéria de governo dos seus territórios. Essa atitude contrastava bastante com o que eu tinha observado para o século XV, período no qual o duque e a sua família participaram muito mais ativamente nas decisões da monarquia. No século XVI, sobretudo a partir do 5º duque (D. Teodósio I) a participação direta no governo da monarquia diminuiu significativamente. Esse fato era imediatamente visível por sua ausência da Corte régia, onde só estiveram pontualmente em celebrações ou episódios políticos significativos. Portanto, estavam relativamente desligados dos órgãos centrais da monarquia (tribunais centrais e conselhos da monarquia), mais por opção própria do que por marginalização da monarquia. Dito isto, há que evitar interpretações extremadas. É claro que a Casa de Bragança dispunha de canais de comunicação fortíssimos com a monarquia que mitigavam a ausência do espaço físico da Corte. Havia uma comunicação política através da rede de clientes e outras elites da monarquia, mas a verdade é que quando se analisa o conteúdo dessas correspondências sobressai a insistência dos Duques na resolução de seus assuntos, não uma participação direta no governo político da monarquia. A comparação com outras casas senhoriais da época também demonstra que as grandes casas da época (Aveiro e Vila Real, por exemplo) não tinham uma participação política tão ativa quanto vieram a ter posteriormente. Essa constatação permitiu-me sugerir que a preocupação central da nobreza nos séculos XVI e primeira metade do XVII parecia ainda estar associada à territorialização do seu poder, quer do ponto de vista simbólico, quer do ponto de vista de recursos humanos e econômicos. Isto também significa que do meu ponto de vista há uma diferença significativa

11 HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan: instituições e poder político: Portugal, séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

12 Cf., dentre outros: CUNHA, Mafalda Soares da. Estratégias matrimoniais da Casa de Bragança e o Casamento do Duque D. João II. *Hispania*, v. LXIV/1, n. 216, 2004, p. 39-62. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10174/2188>>. Acesso em: 30 jun. 2018; *Idem*. Entre a violência e a negociação. A tomada de voz e obediência a Filipe II em terras do duque de Bragança. In: GARRIDO, Álvaro; COSTA, Leonor Freire; DUARTE, Luís Miguel (orgs.). *Economia, Instituições e Império*. Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães. Coimbra: Almedina, 2012, p. 199-214. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10174/7485>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

em relação ao modelo que o Nuno Gonçalo Monteiro defende para a segunda metade do século XVII e para o século XVIII,¹³ em que há uma cristalização do topo nobiliárquico e em que a coincidência entre a primeira nobreza e a posse de senhorios jurisdicionais não era tão significativa como no século XVI. Pelo menos até 1640, ser senhor de terras tinha uma importância fundamental na delimitação do topo do grupo. Há outras diferenças com o modelo desenhado para o século XVIII que estão associadas à importância dos serviços desempenhados nas grandes casas senhoriais dos infantes, dos duques de Bragança, de Aveiro e de Vila Real e, portanto, com uma lógica que podia diferir daquela do serviço régio. Não estou a retirar da Coroa seu papel de árbitro da hierarquia social oficial, mas sim sublinhando a coexistência de outros vetores de estruturação do grupo nobiliárquico. Não se deve esquecer, porém, que em grande medida esse poder territorial era fundado em bens da Coroa, isto é, doados pela monarquia que podia regular sua transmissão geracional através da Lei Mental (1434), permitindo-lhe intervir decisivamente na organização interna do topo do grupo nobiliárquico.

Em que grau que a senhora pensa que a estratégia da Casa de Bragança servia de modelo para os outros graus da fidalguia e nobreza de Portugal e seu império?

Não sei se a casa de Bragança tem um modelo de gestão senhorial específico. Eu diria que o que a distinguiu das demais casas senhoriais foi a extensão e a capacidade de conservação dos seus privilégios, direitos e rendimentos à escala do Reino. Mas no que toca às formas de organização e governo da casa, creio que no essencial mimetizava o modelo disponível que era o da própria monarquia. O mesmo faziam também as outras grandes casas senhoriais, em Portugal e em outros reinos europeus. Se olharmos para os regimentos ou o organograma curial dos Braganças, constatamos que pouco se diferenciam dos da corte régia. O mesmo se diga relativamente às estruturas centrais e periféricas da governação senhorial. Nem outra coisa, de resto, seria talvez possível ou pensável na época. Nesse sentido, a Casa de Bragança não constituiu propriamente um modelo para as outras nobrezas. Constituiu, sim, um referencial de grandeza e preeminência que outras casas senhoriais procuravam alcançar e esse fato terá estimulado a concorrência dentro do grupo nobiliárquico. De acordo com as fontes da época, a arrogância dos Bragança teria suscitado animosidades tão fortes que ajudam a explicar a relativa facilidade com que Filipe II (de Espanha) aliciou a principal nobreza do reino para apoiar a sua ascensão em 1580.

A senhora tinha comparado antes o D. João II com outros monarcas e sempre em seu trabalho situou os seus objetos de análise numa perspectiva europeia através da

13 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes: a Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Instituto Nacional Casa da Moeda, 1998.

comparação. Assim, como a senhora situaria a aristocracia, a fidalguia e a nobreza portuguesa em comparação com suas homólogas na Europa?

Eu diria que para estas épocas o que é absolutamente distintivo é a relevância da expansão ultramarina e do império português nos modelos reprodutivos da nobreza, especialmente no que respeita aos seus escalões inferiores e intermédios. Tudo o que eu há pouco me referi aplica-se à nobreza jurisdicional, ou seja, a que possui senhorios territoriais, que era um grupo numericamente muito restrito. Mas a abertura das fronteiras inferiores do grupo que se verifica ao longo do século XV e sobretudo no século XVI resulta da multiplicação das oportunidades de serviço militar e político-administrativo que é concedida pela expansão e a consequente multiplicação de postos, cargos e rendas. E ainda na remuneração que a Coroa fez desses serviços. Eu concordo com todos aqueles que, como António Manuel Hespanha, Nuno Monteiro e Fernanda Olival,¹⁴ enfatizam a importância da economia de serviço/mercê e a consequente centralidade da monarquia nestes equilíbrios sociais e na capacidade de intervenção no grupo nobiliárquico. Por isso, e respondendo, não creio que o grau de envolvimento direto de outras nobrezas europeias no processo de expansão ultramarina seja equiparável ao caso português, com a possível exceção do caso castelhano. E isso seria um fator distintivo. Mas em comparação com outros territórios e nobrezas, pode talvez sublinhar-se o baixo nível de conflitualidade aberta protagonizado por membros do grupo, após o século XV: nós observamos em outros reinos confrontos violentos entre diferentes bandos e facções nobiliárquicas, que muitas vezes chegaram a configurar verdadeiras guerras civis, e que não se encontram em Portugal. Mas há que salientar que essa relativa paz social terá mais a ver com a capacidade distributiva da monarquia, com a baixa expressão das dissidências religiosas ou até com a exportação da turbulência juvenil para outras paragens do que com qualquer outra explicação associada a qualquer essencialismo sobre os brandos costumes dos portugueses.

A senhora menciona, em artigo que escreveu com Nuno Monteiro, “A Velha Mobilização Política”,¹⁵ que há relatos de assassinatos e espancamentos perpetrados por criados de nobres em Lisboa, mas não há nada comparável a uma Fronda ou algo que o valha em Portugal, não é?

Esses casos são no fundo disputas de bandos em espaço urbano, mas que não têm uma capacidade de mobilização alargada. São práticas e rituais de violência que sinalizam lutas por

14 OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

15 CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As velhas formas de mobilização política. In: MATTOSO, José (dir.). *História da Vida Privada*. Vol. III: A Idade Moderna. Coord. Nuno G. Monteiro. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 396-423. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10174/3068>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

prestígio e reputação numa competição endêmica entre as elites nobiliárquicas. Trata-se de enfrentamentos por razões particulares que não têm alcance político nem capacidade de disseminação e contaminação no território. Ocorrem em Lisboa muito em razão da definitiva curialização da nobreza que se faz após 1640. Se você observa o surto de revoltas fiscais em Portugal metropolitano em finais da década de 1620 e sobretudo na década de 1630 é muito significativo que essas revoltas tenham uma geografia municipal, isto é, em torno de concelhos, e que não tenha havido uma contaminação ou um alargamento e muito menos uma liderança clara por parte de elites nobiliárquicas.

O Felipe IV chegou a escrever para o Duque de Bragança, D. João, para ajudar a apaziguar as revoltas em 1637, não é?

Exatamente, e é justamente o que ele faz. Ou seja, o esforço da Casa Ducal nesse momento é mais para apaziguar as revoltas e servir o rei do que para liderar um movimento de ruptura prenunciador do 1º de Dezembro de 1640. Não se observa um programa político alternativo liderado pela nobreza.

O que é um contraste muito marcado com o que está acontecendo na França nas décadas de 1620-30 e na Inglaterra com o confronto entre a Coroa e o Parlamento. Há até um livro do historiador britânico John Adamson que enfatiza a liderança dos Pares em 1640.¹⁶

Sim e não. Se olharmos para trás, para o século XVI, veremos que as tensões religiosas são em grande medida contaminadas por rivalidades e facções nobiliárquicas. A geografia dos confrontos confessionais em França nas Guerras de Religião tem muito a ver com a geografia dos enfrentamentos de casas nobiliárquicas e das suas redes clientelares. Já as Frondas revelam uma capacidade de mobilização, embora limitada, do parlamento de Paris e depois dos príncipes de sangue. O livro de que fala destaca o papel da nobreza na queda de Carlos I, contrariando ideias que fizeram curso sobre a divisão política entre os comuns revoltados contra os abusos de poder do rei e a nobreza sua aliada. Em qualquer desses casos a historiografia vem chamando a atenção para a transversalidade social das alianças e dos apoios em ambos os lados da barricada. Ou seja, rejeita visões dicotômicas e demasiado simplistas sobre enfrentamento de interesses de “classe”. Nesse sentido há semelhanças com o caso português, pois parte quer os fieis a Filipe IV, quer os apoiantes do duque de Bragança revelam uma geografia social e política complexa e muito transversal aos diferentes grupos sociais. Ou seja, há convergência de muitas insatisfações nascidas de causas bastante

16 ADAMSON, John. *The Noble Revolt: the overthrow of Charles I*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 2009.

diferenciadas. E há também semelhanças no protagonismo da revolta pelas cabeças dos reinos, pois Lisboa assumiu um papel fundamental na mobilização dos apoios a D. João IV. A diferença é que em Portugal a principal nobreza parece ter sido mais mobilizada do que propriamente motor da revolta.

Nesse sentido, a monarquia hispânica está num meio termo que se aproxima mais de Portugal do que da França e da Inglaterra, né?

Na década de 1520 há a revolta dos *Comuneros*...

Sim, mas depois...

Depois, de certa forma, também. Pense-se nas revoltas de vários domínios da Monarquia Hispânica, como os Países Baixos, a Catalunha ou Nápoles que são mais socialmente transversais do que às vezes se pensa. Ou ainda as múltiplas tensões geradas em Castela pelo complicado esforço de guerra e financeiro do reinado de Filipe IV. Juan Gelabert explica-o muito bem e tituló um livro justamente assim: *Castilla Convulsa*.¹⁷ Mas não, de fato difere um pouco dos casos francês e inglês no sentido em que as grandes casas aristocráticas em Espanha não mobilizaram abertamente os descontentamentos sociais em prol de projetos políticos alternativos ao da monarquia.

Já que estamos chegando em 1640 vamos aproveitar para falar do terceiro livro da senhora, em co-autoria com Leonor Freire Costa, que é uma biografia D. João IV,¹⁸ o último Duque e primeiro Rei da Dinastia de Bragança, que se inseriu em um grande projeto editorial sobre os Reis de Portugal. Eu gostaria que a senhora nos contasse sobre o desafio de escrever uma biografia para um público mais amplo sem perder o rigor acadêmico nem se restringir às características individuais do soberano que pouco explicariam o contexto em que ele viveu.

De fato, escrever uma biografia foi um desafio para mim e para Leonor. Nos obrigou a rever a nossa forma de escrever a história, desde logo porque o conhecimento que detínhamos do século XVII foi centrado em grandes questões e não em torno de um personagem. Escrever uma biografia significa organizar a informação não em torno de problemas e questões, mas em torno de uma pessoa para compreender tanto o modo como o personagem influenciou os

17 GELABERT, Juan E. *Castilla convulsa (1631-1652)*. Madrid: Marcial Pons. Ediciones de Historia, 2001.

18 CUNHA, Mafalda Soares da; COSTA, Leonor Freire. *D. João IV, 1604-1656*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

acontecimentos, mas também como foi influenciado pelo contexto específico em que viveu: no fundo, é o velho debate sobre a capacidade de os indivíduos intervirem nos processos históricos. Mantendo no entanto a preocupação de não perder de vista as condicionantes estruturais e os grandes temas e questões do período. Tudo isto obriga à releitura das fontes documentais e, em seguida, a um exercício narrativo que não se deixe submergir pelo anedótico. Não é fácil, mas foi uma experiência absolutamente gratificante – não sei pelo resultado, os leitores dirão – mas pela possibilidade de diálogo, troca de pontos de vista e perspectivas. Nós rejeitamos desde o início a ideia de que íamos contar histórias: interessava-nos perceber qual era o lugar deste rei na ruptura com a monarquia hispânica. No fundo, a pergunta era como o D. João havia conseguido reunir um consenso tão grande em torno de sua Aclamação, não apenas no espaço metropolitano, mas também nos territórios extra-europeus. E depois como tinha solucionado os enormes desafios criados pela guerra e pelas necessidades de legitimação interna e externa. Devo dizer que não sei se respondemos completamente. Do meu ponto de vista, parece-me que o apoio da Aclamação ainda necessita de uma revisitação. Antes de saber da aprovação deste projeto europeu, o *Resistance* eu tinha a ideia de escrever um livro sobre 1640 e, sobretudo, sobre como se alcançou essa unanimidade tão generalizada.

Espero que consiga escrever esse livro no futuro! Até agora a senhora tratou do processo que levou a Aclamação. Qual foi, porém, a consequência desse processo? Isto é, como seu conhecimento sobre a Casa Ducal de Bragança lhe permitiu entender a Dinastia de Bragança, a última e mais duradoura das dinastias lusitanas, que vai reinar em Portugal até 1910 e no Brasil até 1889?

Penso que D. João IV trouxe da Casa Ducal uma série de questões que foram fundamentais para permitir o sucesso de 1640: a primeira das quais foi a possibilidade de invocar uma legitimidade dinástica que lhe vinha da avó, a Senhora Dona Catarina, em 1580. Esse conjunto de argumentos de natureza jurídica foi fundamental para conseguir aceitação para sua legitimidade, tanto interna quanto externamente. Outro elemento que não me parece que deva ser desconsiderado tem a ver com as articulações clientelares que ele dispunha. Há alguma capacidade de mobilização do território, de fidelidades, amizades e interesses que não nos é possível averiguar ainda cabalmente, mas é preciso levar em conta as redes que se estendiam para além dos clientes e aliados aos quais estavam diretamente ligados. Fora isso, penso que os Duques não trouxeram muito mais para a Dinastia. Há notórias linhas de continuidade na arquitetura institucional da monarquia antes e pós 1640 e os cuidados iniciais de D. João IV foram para manter tudo na mesma, afrontar internamente o menos possível. O que é interessante observar em D. João IV é procurar entender como um duque relativamente periférico na monarquia hispânica consegue converter-se tão rapidamente em monarca. A prolongada situação de guerra, essa sim teve impactos relevantes em vários domínios, mas

não decorre diretamente da transferência de tradições ducais para o governo da monarquia. Desde logo na transformação da porosa fronteira com a monarquia vizinha numa fronteira vigiada e por isso mais rígida, com as inevitáveis constrangimentos de circulação de gentes, ideias, meios financeiros e produtos, o que representou uma ruptura profunda com as formas tradicionais de relacionamento entre as duas coroas. Mas, assinale-se também os impactos da guerra nas articulações imperiais e a recriação do centro político em Lisboa.

Queria lhe perguntar também sobre dois grandes projetos coletivos nos quais a senhora foi uma das principais pesquisadoras: o *Optima Pars*,¹⁹ um estudo sobre as elites no qual a senhora focou-se especialmente em uma prosopografia e na discussão política para o provimento dos governadores ultramarinos, e a análise da comunicação política entre as Câmaras Municipais no Reino e no Atlântico com a Coroa Portuguesa.²⁰ A partir desses grandes esforços de pesquisa, o que a senhora acha que esses trabalhos revelam sobre o funcionamento do império e a diferença entre as formas de organização política entre Portugal Continental e o Império? É uma pergunta difícil, eu sei...

Realmente, é uma pergunta boa e não sei se conseguirei responde-la de pronto, mas tento. Creio que a existência do império, retomando aqui uma ideia que não é de forma alguma nova, provocou uma circulação de variados segmentos sociais, o que traz ao conjunto da sociedade portuguesa uma familiaridade com as realidades imperiais que não é tão comum em outras monarquias europeias. Por outro lado, há uma grande continuidade na transferência de modelos político-administrativos de Portugal para o Império, que tem sido ressaltada por uma historiografia que privilegiou a disseminação do centro para as periferias. Só recentemente que se tem preocupado em estudar mais a recepção e as formas autônomas de governo nas próprias periferias. Desse ponto de vista, é preciso um aprofundamento historiográfico para poder responder cabalmente a essa questão, que no fundo problematiza as (des)continuidades institucionais entre o reino e os domínios ultramarinos. Eu penso que há transformações, apesar de os modelos institucionais manterem uma notável uniformidade matricial: a forma é a mesma, mas o que há de radicalmente diferente são as práticas continuadas por detrás dessa aparente uniformidade e continuidade. Nessa perspectiva, é preciso investigar como as práticas reconfiguram o modelo: normalmente o que se vê é como as práticas contrariam o modelo ou fogem do padrão e não se percebe como as práticas contribuem para a reelaboração do sistema e de recriação de seus equilíbrios. Acho que talvez haja demasiados estudos pontuais, valendo a pena uma análise mais ampla para ver como o

19 CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro (orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas no Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

20 FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). *Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico. Comunicações Políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

conjunto do sistema foi se reajustando. Certamente que não lhe respondi, mas acho que é preciso um olhar mais de helicóptero para conseguir encaixar a variação em diferentes contextos.

Ainda sobre esses empreendimentos coletivos de pesquisa, o que me impressiona é como vocês coletaram grande quantidade de informações de forma muito sistemática e construíram bases de dados para possibilitar a análise. Eu gostaria de perguntar sobre a organização desses grandes projetos que duram cerca de uma década: quais são os aspectos positivos e negativos de participar e coordenar esses esforços?

Um dos principais aspectos positivos desses grandes projetos é a maior capacidade de obtenção de recursos que permitem recolhas massivas de dados na longa duração e permitem assim uma história social dos poderes de cariz mais estrutural. Mas por outro lado, as bases de dados são sempre construídas a partir de perguntas muito concretas relacionadas à própria investigação, o que significa que o desenho dos diferentes campos e categorias que vão conformar a própria informação que se recolhe destina-se quase exclusivamente a responder aos inquéritos iniciais da pesquisa. Essa condicionante pode limitar a posterior possibilidade de reutilização dessas bases de dados por terceiros, para além da busca de informação avulsa, e mesmo assim filtrada pelos vieses da pesquisa original. E depois ainda se coloca a questão da atualização dessas bases de dados, que, como todos sabemos, é um assunto problemático, pois findos os recursos, a maior parte das bases de dados ou portais ficam estagnados. Mas estas reticências são compensadas pelas oportunidades de acrescentamento de informação sobre temas historiograficamente relevantes e ainda pela partilha de conhecimentos entre equipas interuniversitárias. E, devo dizer, tem sido um elemento fulcral no estreitamento dos laços com a academia brasileira.

Já nos aproximando do final da nossa conversa, vamos para o próximo grande projeto, já mencionado pela senhora: *Resistance*, sobre resistências e revoltas nas monarquias ibéricas entre os séculos XVI e XIX. Quais são os seus objetivos nesse projeto?

Esse empreendimento corresponde a outro desafio, ao nível acadêmico e de coordenação, pois implicou a constituição de uma equipe pluri-institucional muito numerosa, com investigadores de diferentes proveniências e tradições de estudo. O objetivo principal é estudar as várias formas de resistência e participação política nos impérios coloniais ibéricos,

mas seu maior desafio é observá-las a partir de baixo, isto é, é uma *history from below*,²¹ focada em categorias sociais subalternas e historiograficamente menos atendidas. O seu estudo é difícil porque a documentação da qual dispomos fala-nos mais sobre os processos de imposição da ordem e da autoridade através da repressão do que propriamente sobre as iniciativas, intenções e fatores de mobilização das camadas inferiores. A ideia é fazer valer o conhecimento que a equipe tem sobre a arquitetura institucional das monarquias ibéricas para entender a resistência a uma escala imperial. Outro objetivo que me parece igualmente interessante é a dimensão comparativa que propomos, tanto entre espaços metropolitanos e espaços imperiais quanto entre espaços urbanos e rurais e diversas categorias sociais – sem esquecer a contraposição entre os impérios hispânico e português. A variedade de perspectivas e de enfoques dos diferentes investigadores e das diversas tradições de estudos adicionará, espero eu, riqueza ao debate. Um outro compromisso do *Resistance* prende-se com o programa de transferência de conhecimento para a sociedade, o que implica produzir materiais diversificados para vários tipos de públicos. É um desafio grande, como se vê, e vai começar agora em junho de 2018.

E como vocês vão enfrentar esse desafio, pensando numa perspectiva metodológica?

Sabemos que as elites se confrontam com processos bem-sucedidos de resistência, enfrentando dificuldades para impor a ordem. É preciso um esforço de descentração para aprender a reler documentação com um novo olhar para atentar para o outro lado, isto é, enxergar quais eram as possibilidades de resistência que o sistema oferecia e como os de baixo agiam, inclusive em situações cotidianas e menos visíveis de resistência. Há várias possibilidades de entrada, como uma releitura dos processos inquisitoriais, notariais e judiciais, assim como das petições e requerimentos, para além de fontes literárias como sátiras, dramaturgia ou panfletos e ainda uma vasta gama de fontes visuais, sonoras e da própria cultura material dos “de baixo”. São muitas as fontes que podem ser usadas para responder às perguntas levantadas neste projeto de investigação, mas insisto, será necessário um grande esforço de reanálise crítica da documentação, de desconstrução dos processos de fixação dessas memórias, assim como dos critérios de preservação dos testemunhos em linha com as propostas do *Archival Turn*.

Para terminar, queria fazer uma pergunta que aborda sua trajetória como um todo: como você passou do estudo da aristocracia para esses grupos subalternos? É uma opção majoritariamente acadêmica ou política?

21 THOMPSON, Edward Palmer. A História Vista de Baixo. [1966]. In: *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Org. por Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 185-201.

É uma questão simultaneamente acadêmica e cívica, pois as questões de cidadania têm pressionado e sensibilizado muito o meio acadêmico. Os historiadores, como quaisquer outros acadêmicos, não podem se desligar da realidade exterior, devendo tentar contribuir com seus estudos para a explicação do mundo presente. Desse ponto de vista, é uma luta pela história, que tem sofrido concorrência de outras áreas disciplinares, perdendo terreno no campo da opinião pública e da intervenção cívica. Ao mesmo tempo, participa das agendas de pesquisa do meio acadêmico global, através de novos tópicos de investigação e análise, atentando especialmente para os temas da desigualdade, da discriminação, das segregações e dos desclassificados, permitindo reequilibrar o papel dos diferentes corpos políticos e demonstrar que a organização social não se faz apenas de cima para baixo, reconhecendo a capacidade de iniciativa e de intervenção daqueles que aparentam não ter voz.